



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 8/2015

Data da Reunião Ordinária – 9 de abril de 2015

Início da Reunião 16.00 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 9 de abril de 2015, com início pelas 16.00 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - 5.ª Alteração ao Orçamento/2015 -----

1.2 - 6.ª e 7.ª Alteração ao Orçamento e 4.ª e 5.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR)/2015 -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

3. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

3.1 - Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill - Oferta de Documentos -----

3.2 - Proposta - Aprovação da Venda do Prédio da Rua dos Ferreiros/Rua de São João -----

3.3 - Arborização e rearborização de dois prédios rústicos em Montalvo -----

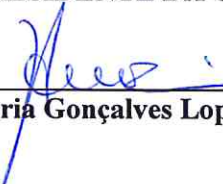
4 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5 - APROVAÇÃO EM MINUTA -----

6 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 9 de abril de 2015

A PRESIDENTE DA CÂMARA,


(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)





CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram dezasseis horas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista: “1 – O balanço que faço sobre as Festas do Concelho/2015 é positivo, melhoraram em relação a 2014. A caminhada foi um êxito, no entanto, o percurso não foi o mais aconselhado, devido ao facto de muitos adultos levarem carros de bebés e crianças com bicicletas.-----

A Câmara Municipal deveria elaborar anualmente um relatório sobre as festas.-----

2 – Fui confrontado por alguns habitantes de Constância Sul pela falta de espelho parabólico junto aos ecopontos na rua do Povo.-----

3 – Através da Comunicação Social foi difundida a notícia que o concelho de Constância ultrapassa a média nacional relativamente à perda de água potável (35%). Gostaria de saber da veracidade desta notícia.-----

4 – Qual o ponto de situação sobre o projeto laboratório do cogumelo”.-----

Intervenção da Senhora Presidente: Relativamente ao ponto 1 e 2 tomamos boa nota.-----

Ponto 3 – Não dei qualquer informação à Comunicação Social sobre este assunto. Não sei com que base esta notícia foi difundida.-----

Ponto 4 – O estágio referente ao projeto laboratório do cogumelo não foi realizado, não tendo o espaço sido ocupado”.-----

Intervenção do Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista: “1- Quantos m3 de água a Câmara Municipal gasta em espaços públicos. Qual o consumo médio de água per capita no concelho.-----

2 – As Festas do Concelho correram bem de uma forma geral. Deveria ter sido montado um posto de atendimento Bombeiros/Proteção Civil no espaço da festa.-----

Falta de publicidade referente às Festas do Concelho nas freguesias de Montalvo e Santa Margarida da Coutada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

3 – Conforme notícia difundida pela Comunicação Social vai aumentar o número de utentes por médico de família, isto é, passa de 1900 para 2500 utentes, o que quer dizer que no concelho de Constância vai passar de três médicos de família para dois. Alerto para esta preocupação”.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE

1.1 - 5.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO/2015: Foi presente 5.ª Alteração ao Orçamento para o ano 2015. -----

1.2 - 6.ª E 7.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 4.ª E 5.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR)/2015: Foram presentes as 6.ª e 7.ª Alteração ao Orçamento e 4.ª e 5.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para o ano 2015. -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 08 de abril de 2015, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 2.637,78 (dois mil seiscientos e trinta e sete euros e setenta e oito cêntimos); **Instituições de Crédito: € 251.972,54** (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e setenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos); **Aplicações de Tesouraria: € 4.613,47** (quatro mil seiscientos e treze euros e quarenta e sete cêntimos); **Soma: € 260.078,79** (duzentos e sessenta mil setenta e oito euros e setenta e nove cêntimos); **Em Documentos: € 13.146,85** (treze mil cento e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos); **TOTAL: € 273.225,64** (duzentos e setenta e três mil duzentos e vinte cinco euros e sessenta e quatro cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias: € 128.352,87** (cento e vinte e oito mil trezentos e cinquenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos); **- Operações de Tesouraria: € 131.725,92** (cento e trinta e um mil setecentos e vinte cinco euros e noventa e dois cêntimos). -----

2.2 – PAGAMENTOS

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 23/03/2015 a 02/04/2015, na importância



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

global de € 161.228,19 (cento e sessenta e um mil duzentos e vinte e oito euros e dezanove cêntimos). -----

-----3. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

3.1 - BIBLIOTECA MUNICIPAL ALEXANDRE O'NEILL - OFERTA DE DOCUMENTOS -----

INFORMAÇÃO: “Cumpre informar que foi ofertado, pela Sr.ª Ana Paula dos Santos Lucas e Rodrigues Soares, à Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill conjunto de monografias (em anexo), n.º de registo 2281, de 5 de março de 2015 (em anexo). -----

Considerando os imperativos legais definidos na alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, cumpre informar que é competência da Câmara Municipal “aceitar doações, legados e heranças a benefícios de inventário”. -----

Posto isto propõem-se, salvo melhor opinião em contrário, que o assunto possa ser reencaminhado para Reunião do Órgão Executivo, com vista a que a Câmara Municipal possa deliberar, favoravelmente, a aceitação da oferta, pois da mesma não decorrem quaisquer encargos financeiros. Mais se acrescenta que considerando o teor do conjunto documental ofertado, o mesmo é uma mais-valia para o enriquecimento da coleção da Biblioteca Municipal Alexandre O'Neill. -----

A ser deliberada, favoravelmente, a aceitação da oferta, igualmente se propõem, que se possa encaminhar a instrução do processo junto do Serviço de Património da edilidade com o objetivo de acrescentar ao inventário/património da edilidade o conjunto documental identificado, estimando-se um valor total de mercado de 552,00€.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aceitar a oferta de documentos. -----

3.2 - PROPOSTA - APROVAÇÃO DA VENDA DO PRÉDIO DA RUA DOS FERREIROS/RUA DE SÃO JOÃO -----

PROPOSTA: “Considerando o parecer N.º 5/2015, referente à venda do Prédio da Rua dos Ferreiros / Rua de São João, emitido pelo Consultor Jurídico da Autarquia, (anexo) o qual ficará anexo à ata, dela fazendo parte integrante, proponho o seguinte: -----

-----DELIBERAÇÃO-----

- a) Aceitar e aprovar a pretendida transmissão para a **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA** do prédio urbano sito na Rua dos Ferreiros e na Rua de S. João, em Constância, inscrito na matriz urbana da freguesia de Constância sob o artigo nº 255 e descrito na Conservatória do Registo Predial de



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

Constância sob o n.º 455, da freguesia de Constância, que foi vendido pelo Município à ***“IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA”***, no âmbito de um concurso público cujo programa visava, como destino do imóvel, *empreendimento turístico/serviços*, não se opondo a que passe a servir para *lar de terceira idade*. -----

- b) Dar publicidade à presente deliberação, pelos meios habituais, nomeadamente, por éditos de trinta dias, para possibilitar a qualquer interessado que se oponha à alteração do fim, contanto que assegure a sua realização, de *empreendimento turístico/serviços*, para tanto tendo, porém, de adquirir o imóvel à ***MASSA INSOLVENTE DE “IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA”*** -----

PARECER JURÍDICO: “Em concurso público aberto para esse fim, pela Câmara Municipal a sociedade ***“IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA”***, adquiriu ao Município o prédio urbano sito na Rua dos Ferreiros e na Rua de S. João, em Constância, inscrito na matriz urbana da freguesia de Constância sob o artigo n.º 255 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Constância sob o n.º 455, da freguesia de Constância, pelo preço de € 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil euros). -----

A adquirente chegou a realizar obras importantes, de reconstrução da estrutura do edifício, mas não a concluiu, e foi entretanto declarada insolvente. -----

A obra encontra-se parada, há bastante tempo, e a ***“IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA”***, não tem qualquer possibilidade de a acabar, mesmo para além do prazo previsto para tanto, tal como ficou consignado na escritura, e que está há muito tempo ultrapassado. -----

A Câmara teve notícia de que a ***SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA*** se propõe comprar o imóvel à *Massa Falida da “IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA”*, que está disposta a vender. -----

Sucede, porém, que o fim para o qual o prédio foi alienado, pela Câmara Municipal, não interessa à ***SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA***, que pretende utilizar esse espaço para lá instalar, não um estabelecimento de hotelaria e turismo, mas sim um *lar de terceira idade*. -----

Tem de dizer-se, antes de mais, que os termos, cláusulas e condições do Concurso Público, por não terem sido mencionados, nem sequer por remissão, na escritura outorgada no dia 30 de Janeiro de 2006, são imponíveis a terceiros, como é o caso da ***SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA***, porquanto apenas nas relações entre o Município e a



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

“**IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA**”, poderá discutir-se o cumprimento das condições e prazos previstos no programa do concurso, nomeadamente, o destino do imóvel para *empreendimento turístico/serviços*. -----

Aliás, mesmo em relação à “**IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA**”, porque não constam da escritura que titulou o contrato de compra e venda do prédio, nem sequer indiretamente, as cláusulas particulares do negócio, só por via do nº 2 do artigo 236º do Código Civil se poderia impor à adquirente a observância das condições do concurso, por a ele se ter habilitado, razão pela qual se pode concluir com absoluta segurança que delas tem conhecimento. -----

Nada impede, legalmente, a possibilidade de a “**IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA**” vender à **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA** o imóvel que adquiriu ao **Município**, sem que as condições do concurso público em cujo âmbito teve lugar a aquisição se transfiram para o terceiro adquirente, a **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA**, que não vinculam, visto que não foram sequer levadas ao Registo Predial. -----

Todavia, não sendo imperioso que a Câmara Municipal aprove a pretendida venda à **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA**, tudo aconselha a que seja tomada uma deliberação que reconheça o interesse público da visada transmissão, admitindo a alteração do fim a que se destinava a venda à “**IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA**”. -----

Dado, porém, que esta adquiriu em concurso público, e embora nada na lei a tal obrigue, afigura-se-me curial publicitar pelos meios próprios a deliberação que for tomada, se favorável à pretensão agora apresentada, dando a quem quiser a possibilidade de se opor à venda à **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA**, contanto que se proponha adquirir à “**IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA**”, para realizar o fim que foi tido em vista nessa alienação, ligado à promoção do turismo, para instalação de um estabelecimento hoteleiro. -----

Sugiro, pois, que a Câmara Municipal delibere aprovar a pretendida venda pela **MASSA INSOLVENTE DA “IMOCONSTÂNCIA - CONSTRUÇÃO CIVIL E IMOBILIÁRIA, SA**”, à **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA** com alteração do fim enunciado no concurso público, publicitando essa deliberação por éditos de trinta dias. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar de acordo com a proposta apresentada. -----

3.3 - ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO DE DOIS PRÉDIOS RÚSTICOS EM MONTALVO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

REQUERENTE: RAUL FERNANDES PEDROSA -----

LOCALIZAÇÃO: COURELA DO ZÉ PERES – VÁRZEA DE ÁGUA – MONTALVO ----

INFORMAÇÃO: “ O processo em análise diz respeito ao pedido de parecer à C.M. Constância RJAAR n.º 6921 SD 19577 apresentado pelo ICNF, referente à pretensão do requerente de arborizar dois Prédios Rústicos situados na Courela do Zé Peres – Várzea de Água – Montalvo, possuindo o prédio registado com o n.º de matriz 42 da secção 003 a área de aproximadamente 1,5 há e o prédio registado com o n.º de matriz 43 da secção a área aproximadamente 1,3 há, ambos da freguesia de Montalvo. -----

Relativamente à implantação proposta para a arborização, não se vê inconvenientes na sua aprovação, em conformidade com o Plano Diretor Municipal (PDM, uma vez que este classifica a área em apreço como espaço florestal, não se encontrando em Reserva Ecológica Nacional (REN). -----

Mais se informa que contrariamente ao que vem referido no processo, verifica-se que no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) a área a arborizar não é percorrida por incêndios há mais de 10 anos, sendo que o último ocorreu em 2003. -----

Em função do exposto, não se vê inconveniente em que o executivo camarário defira parecer favorável ao projeto em apreço.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, emitir parecer favorável. -----

-----4. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

-----5. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim *Ana Silveira*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA
ATA N.º 8/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09-04-2015

artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,